

1

APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS MESORREGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA-BRASIL

PRESENTATION OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT INDICATORS OF MESOREGIONS IN THE STATE OF SANTA CATARINA-BRAZIL

Rógis Juarez Bernardy¹

Leandro Neuhaus²

Rafael Klein Moreschi³

Eliane Salette Filippim⁴

Recibido: 23-11-2015

Aceptado: 22-03-2016

RESUMO

Este artigo teve como objetivo efetivar um comparativo entre indicadores de desenvolvimento das mesorregiões do estado de Santa Catarina – Brasil, de 2012 em relação a 2014. Os indicadores utilizados fazem parte do Sistema Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS) da Federação Catarinense de Municípios (FECAM). O SIDMS mensura o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios, por meio do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) que é composto por quatro dimensões: Sociocultural, Econômica, Ambiental e Político Institucional. Verificou-se, por meio das análises realizadas, que houve uma melhora na média geral dos índices de todas as mesorregiões, entretanto, os desempenhos mais evidentes foram expressos justamente em regiões que, na atualidade, apresentam melhores condições de desenvolvimento.

1. Doutor em Engenharia Civil (UFSC). Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), SC., Brasil. Correo: rogis.bernardy@unoesc.edu.br

2. Mestrando em Administração (UNOESC). Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), SC., Brasil. Correo: leandroneuhaus@gmail.com

3. Mestrando em Administração (UNOESC). Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), SC., Brasil. Correo: kleinmoreschi@bol.com.br

4. Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas (UFSC). Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), SC., Brasil. Correo: eliane.filippim@unoesc.edu.br

PALAVRAS CHAVE

Desenvolvimento, Sustentabilidade, Indicadores, Mesorregiões, Regiões.

ABSTRACT

This study had as subject the carry out comparison between development indicators of mesoregions in the state of Santa Catarina - Brazil, in 2012 compared to 2014. The indicators used are part of the Sustainable City Development System (SIDMS) of Santa Catarina Federation of Municipalities (FECAM). The SIDMS measures the Sustainable Development of Municipalities, through the Sustainable City Development Index (IDMS) which is composed from four dimensions: Social-cultural, Economic, Environmental and Political Institutional. It was examined through the analyzes, there was an improvement in the overall average of the indices from all mesoregions, however, the most obvious performances were precisely expressed in regions that currently, have better conditions for development.

KEYWORDS:

Development, Sustainability, Indicators, Mesoregions, Regions.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável é um processo contínuo que requer planejamento sistemático a ser elaborado e executado por diversos atores presentes num dado território, tanto na escala local, quanto na escala regional. Uma vez que é possível optar por diferentes estilos de desenvolvimento, para se alcançar o desenvolvimento do tipo sustentável, requer tomada de decisão e ações objetivas para a sua consolidação. Esta forma de planejamento nas diversas escalas de pequena dimensão territorial e populacional representa realidades socioambientais menos complexas e com maior grau de homogeneidade, uma vez que a região apresenta certas similaridades e problemas comuns a serem equacionados (Buarque, 1999). Todavia, a articulação dos atores locais somente se tornará viável com a existência de um plano de governança regional integrado, o que só será possível se houverem semelhanças geográficas e culturais na região (Xavier et al, 2014).

Neste contexto, para que o desenvolvimento possa ser planejado de maneira eficiente, é preciso que se adotem formas para mensurá-lo, ou seja, ferramentas que apontem aos agentes públicos e privados se as políticas públicas adotadas permitem conduzir a região rumo ao desenvolvimento sustentável. Neste cenário, destaca-se a relevância do uso de indicadores de desenvolvimento.

No intuito de fomentar o uso destes indicadores a Federação Catarinense

de Municípios (FECAM) criou o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), que é uma forma de verificação da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável, construída a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão, capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável (FECAM, 2014).

Este instrumento, desenvolvido pela FECAM, leva em conta a necessidade de construir condições adequadas de sustentabilidade no processo de desenvolvimento, a partir da melhoria da realidade de quatro dimensões do desenvolvimento municipal sustentável: ambiental, econômica, socio-cultural e político-institucional. Para medir o desenvolvimento sustentável, elaborou-se o Sistema de Indicadores do Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS). Os primeiros resultados desse sistema foram publicados pela FECAM em 2012, e, no ano de 2014, foi publicada uma segunda versão, permitindo uma avaliação do IDMS das mesorregiões catarinenses nesse período (FECAM, 2014).

Nesta perspectiva, este estudo teve como objetivo realizar a avaliação do IDMS das seis mesorregiões catarinenses (Serrana, Norte, Oeste, Sul, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis) e captar a percepção da realidade sustentável desses territórios por meio do uso do SIDMS. Trata-se, portanto, de um estudo aplicado, por meio da observação de multicase, de forma a observar na prática o funcionamento do SIDMS.

A aplicação da pesquisa deu-se nos anos de 2012 e 2014, uma vez que os dados se encontram disponíveis. Buscou-se a aplicação do SIDMS comparando às mesorregiões, visando gerar conhecimentos, oportunidades de melhorias de seus índices, contribuir para a gestão de políticas públicas e conseqüentemente para a sustentabilidade dessas regiões. Considera-se que a novidade deste estudo e a sua contribuição mais relevante é na aplicação prática de indicadores com foco na realidade regional, visto que há muitos esforços na academia pelo estabelecimento e uso de indicadores, restando, contudo, poucos casos práticos de sua aplicação.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O entendimento do termo desenvolvimento deve partir de uma perspectiva sistêmica e multidisciplinar, envolvendo as diversas dimensões da susten-

tabilidade, pressupondo que ele tenha por base a justiça social, a eficiência econômica e a prudência ecológica (Sachs, 2002). Já Boisier (2003) pondera que o desenvolvimento é um conceito complexo, axiológico, multidimensional, construtivista, qualitativo em sua essência. O autor sugere que o desenvolvimento requer, para o seu entendimento, enfoques holísticos, sistêmicos, complexos e recursivos.

Devido à complexidade de sua gestão, o desenvolvimento passa a ser tratado em dimensões territoriais mais homogêneas e simétricas entre si, ou seja, na esfera regional. Disto emerge o conceito de desenvolvimento regional, que remete à concepção de desenvolvimento endógeno, que pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda da região (Amaral Filho, 2001).

Segundo Barquero (2001), o desenvolvimento endógeno busca atender às necessidades da população local por meio da participação ativa da comunidade. Para além da obtenção de ganhos com a capacidade produtiva local, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade, ou seja, além de influenciar os aspectos produtivos, o desenvolvimento endógeno procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que interferem no bem-estar da sociedade. Portanto, trata-se de um conceito intimamente ligado ao desenvolvimento regional, uma vez que a região é a categoria de análise central deste processo.

No entanto, embora a abordagem do desenvolvimento regional venha adquirindo importância na atualidade trata-se de um debate que envolve questões complexas como a relação de diversos atores e a interconexão de várias dimensões, portanto, existem poucos acordos entre pesquisadores e gestores (Feger, 2010). Porém, não se pode negar que o desenvolvimento regional é considerado atualmente como um tema relevante para a administração pública e está se tornando uma demanda para administração regional e municipal (Labidi, 2011). Segundo Filippim (2005) isso se explica pelo fato de, a partir de 1988, a Constituição Federal ter encarregado os municípios de novas competências e atribuições, o que abriu caminho para o reconhecimento da importância e da pertinência de que as propostas de desenvolvimento sejam traçadas a partir do espaço local, pois a esfera local passa a ser considerado espaço privilegiado para a promoção do desenvolvimento.

Neste cenário, o desenvolvimento regional emerge como um importante modelo de gestão do desenvolvimento, pois o território local surge como “[...] importante arena para o debate e consolidação de soluções criativas e descentralizadas para problemas comuns, tanto para a gestão de políticas públicas quanto para o desenvolvimento [...]” (Filippim et al, 2014, p. 5). As particularidades territoriais passaram a ser consideradas na elaboração das políticas, que deixaram de adotar tipologias simplificadas e abriram espaços para a participação da população local na elaboração e implantação das mesmas. Desta forma, abandona-se a ideia de políticas exclusivamente setoriais em favor de políticas territoriais (locais e regionais) que levam em conta a complexidade estrutural dos espaços regionais (Moraes, 2003).

Neste contexto, percebe-se o importante papel do governo na implementação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento regional. No entanto, observa-se que a promoção do desenvolvimento regional tem demandado ações integradas de organizações governamentais e não governamentais (Paiva, 2010). Neste ponto, encontra-se um importante elemento deste estudo, uma vez que o conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável foi implementado pela FECAM, instituição não governamental, em parceria com os municípios catarinenses, ou seja, trata-se de uma parceria público-privada (PPP).

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO E SUAS DIMENSÕES

Em diferentes temporalidades os estudiosos interessados em compreender o fenômeno regional utilizaram critérios distintos para a definição de regiões. Alguns deles se apoiavam em informações provenientes da natureza, como clima, vegetação e relevo, formando as denominadas regiões naturais. Enquanto outros consideravam a região como o resultado de um processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural, evidenciada pelas regiões-paisagem (Santos, 2000).

Para Benko (1999) a região é um produto social construído em determinados espaços, cujos condicionantes importantes são à distância, a localização, o transporte e a força de trabalho. A região constitui uma área geográfica que possibilita, ao mesmo tempo, descrever fenômenos naturais e humanos, analisar dados socioeconômicos e aplicar uma política. A homogeneidade e a integração são as duas características que a fundamentam, resultando simultaneamente em sentimentos de solidariedade e relações de interdependência com os demais conjuntos regionais.

Limonad (2004, p. 58), por sua vez, defende que “a região é antes de qualquer

coisa uma construção social que atende aos interesses precisos". A autora destaca, ainda, que "a região constrói-se a partir da ação de distintos agentes em múltiplas escalas articuladas que de certa forma encontram um rebatimento em práticas e processos sócio-espaciais histórica e geograficamente localizados." A regionalização, para a autora, fundamenta uma reflexão teórica ou atende às necessidades impostas por políticas setoriais, práticas de planejamento ou processos de desenvolvimento regional. Assim, as regionalizações possíveis para um determinado território podem apresentar variações em virtude das finalidades às quais se propõem a atender.

Neste contexto, torna-se importante destacar que até final de 2003 as políticas de desenvolvimento regional no Brasil eram traçadas prioritariamente considerando macrorregiões do país, isto é, áreas com pouca homogeneidade e simetria entre si. Para atenuar esta problemática, o Ministério da Integração Nacional (MI), divulgou um documento, intitulado "Política Nacional de Desenvolvimento Regional", nele é delineada uma nova abordagem para as ações da administração federal relacionadas com o desenvolvimento regional e com o enfrentamento das desigualdades regionais. Neste documento é afirmado que as mesorregiões deverão ser privilegiadas como a escala preferencial de intervenção para as ações relacionadas às políticas de desenvolvimento (Bandeira, 2004).

A ideia é consolidar os Programas Mesorregionais dentro de uma agenda preestabelecida de ações, que inclui, prioritariamente: infraestrutura clássica de média e pequena escala, apoio à inovação e suas práticas em arranjos produtivos locais, capacitação de mão de obra, apoio à ampliação dos ativos relacionais e oferta de crédito para as unidades produtivas. A incorporação ao processo de planejamento de uma pesquisa aprofundada de esquemas de regionalização, em função da qual as atuais macrorregiões do país seriam divididas em sub-regiões, áreas-programa e áreas de desenvolvimento local, para as quais pudessem ser definidos programas governamentais mais adequados às especificidades de cada segmento do espaço regional (MI, 2003).

Esse documento constitui um dos marcos iniciais do processo que acabou por resultar na implantação de vários Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas. Sendo que a opção prioritária por essa escala intitulada "mesorregional" consolida uma tendência observada, desde meados da década de noventa, tanto na literatura sobre o desenvolvimento regional no Brasil, quanto na própria prática das políticas públicas relacionadas com o tema. Ao tomarem como referência

essa nova escala territorial menos abrangente, e ao privilegiarem ações voltadas para a articulação e para o *empowerment*⁵ das populações e dos atores locais, que criam condições para a mobilização do potencial endógeno dessas regiões, se distanciaram do paradigma tradicionalmente seguido pelas políticas regionais brasileiras, apoiado exclusivamente na escala macrorregional e centrado na oferta de incentivos e na transferência de recursos públicos para as áreas menos desenvolvidas (Bandeira, 2004).

Visando fortalecer esta política de desenvolvimento regional, o MI realizou, no ano de 2012, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, que resultou em um Documento de Referência, que passou a ser considerado o novo “Plano Nacional de Desenvolvimento Regional” (PNDR). Neste documento fortaleceu-se ainda mais a necessidade de que o Brasil combata as disparidades regionais, mencionando inclusive a necessidade de tornar os territórios ainda mais homogêneos e simétricos, por meio da revisão dos recortes mesorregionais, ou seja, prima-se por escalas territoriais ainda menos abrangentes, com vistas a otimizar a gestão do desenvolvimento (SDR, 2012). Contudo, ainda se aguarda a efetivação prática do PNDR.

2.2 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Na atualidade vários indicadores têm sido utilizados para demonstrar os cenários culturais, socioeconômicos, ambientais, políticos e estruturais das regiões. Os indicadores devem ser entendidos como sistemas de apoio à decisão e para isso é fundamental que estas ferramentas sejam compreendidas adequadamente, principalmente quando o objeto de avaliação é o próprio processo de desenvolvimento (Bellen, 2004).

Nesta perspectiva, Callado e Fensterseifer (2009) enfatizam que para avaliar a sustentabilidade de uma organização, seja ela complexa, como um país, um estado, uma mesorregião ou um município, é necessário criar ferramentas capazes de mensurar as ações e os resultados constituindo-se indicadores. Os indicadores têm como propósito identificar se uma organização está se afastando ou se aproximando nas dimensões ambientais, sociais e econômicas, portanto, do ideal da sustentabilidade.

Um exemplo da utilização de indicadores pela administração pública são os

5. Empowerment pode ser definido como um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sociocultural, político e econômico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania (Pinto, 1998).

indicadores sociais. O surgimento dos indicadores sociais está intimamente ligado à consolidação das atividades de planejamento do setor público, sendo que o desenvolvimento desta temática é recente, datando de meados da década de 1960, onde iniciaram as tentativas de organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e mensuração do impacto das políticas nas sociedades (Bustelo, 1982). Nesta época começaram a se intensificar as evidências do descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais da população, pois mesmo com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), continuavam elevados os níveis de pobreza e acentuavam-se as desigualdades sociais nos países. Sendo assim, percebe-se, que o crescimento econômico não é suficiente para garantir o desenvolvimento e, conseqüentemente, que o PIB não se mostra adequado para medir o desenvolvimento de um país (Sen, 2010).

Neste contexto, os governos passaram a preocupar-se de maneira mais efetiva com as questões sociais, pensando em formas de se mensurar o desenvolvimento local, por meio de indicadores que fossem capazes de considerar, também, a evolução social. Desta forma, diversos municípios passaram a demandar com maior frequência uma série de indicadores sociais às agências estatísticas e instituições ligadas ao planejamento público, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas municipais (Jannuzzi e Pasquali, 1999).

Certamente os indicadores sociais podem ser de utilidade para os diversos agentes e instituições envolvidos na definição das prioridades sociais. Se utilizados de maneira correta, os indicadores sociais podem enriquecer a interpretação da realidade social e orientar de forma mais eficiente à análise, à formulação e à implementação de políticas sociais. Na definição das prioridades sociais, os indicadores podem contribuir no apontamento das carências a atender nas diversas áreas de intervenção (Jannuzzi, 2002).

Percebe-se, portanto, que os indicadores sociais não servem apenas para mensurar os resultados das políticas sociais implementadas pelos governos, mas também como uma ferramenta de monitoramento, e de aporte para formulação e reformulação de políticas sociais, mostrando-se ainda como um mecanismo que proporciona um suporte à definição das prioridades sociais, ou seja, o governo deve trabalhar para a melhoria contínua dos indicadores sociais, por meio de investimentos consistentes e oportunos (Sachs, 2005). Assim também ocorre com os indicadores de desenvolvimento sustentável, que podem ser utilizados para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresentam-se os procedimentos metodológicos, as estratégias e as técnicas de pesquisa, o processo metodológico utilizado para construção do SIDMS, tendo como propósito demonstrar o caminho de construção dos índices e indicadores de desenvolvimento que servem de base para esta pesquisa. Finalmente se apresenta a caracterização geral da pesquisa, o seu respectivo delineamento e as etapas e as discussões do contexto da pesquisa.

3.1 O SIDMS

Como estratégia para alcançar o objetivo central deste estudo, que visa elaborar uma “fotografia” do desenvolvimento sustentável das mesorregiões de Santa Catarina, a pesquisa fez uso dos índices gerados pelo SIDMS, cuja metodologia foi desenvolvida pela FECAM. O SIDMS se caracteriza como uma ferramenta de gestão da informação, voltada à congregação e à simplificação de informações públicas estratégicas para análise do desenvolvimento municipal, na perspectiva da sustentabilidade (FECAM, 2014).

Uma das principais razões de tal iniciativa partiu da percepção por parte da FECAM quanto à falta de um espaço, em Santa Catarina, que congregasse informações estatísticas municipais e regionais estratégicas que fossem capazes de apoiar a tomada de decisão dos agentes públicos e políticos municipais e dos formuladores de políticas públicas acerca dos rumos a tomar para promover o desenvolvimento. A criação do SIDMS visa contribuir para fomentar a profissionalização da gestão municipal, estimular a prática do planejamento, oferecer uma fonte de orientação para identificação das áreas críticas e prioridades de desenvolvimento municipal e regional, além de colaborar com o controle social, por meio da disponibilização de dados que permitam aos gestores avaliar seu desempenho e à sociedade avaliar seu governo (FECAM, 2014).

O IDMS⁶ é uma das ferramentas do SIDMS, e tem como objetivo avaliar os municípios segundo seu nível de desenvolvimento. Este índice corresponde a um nível superior de agregação, gerado a partir da aplicação de um método de agregação aos indicadores e às subdimensões. O sistema permite ainda a geração de subdimensões para cada uma das quatro dimensões,

6. O IDMS foi desenvolvido considerando as dimensões da sustentabilidade a partir daquelas propostas por Ignacy Sachs: Sociocultural, Ambiental, Econômica e Político Institucional. A medida geral adotada, para classificar os municípios/regiões em relação ao seu nível de sustentabilidade, foi a usada por Amartya Sen no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que vai de zero a um, portanto, quanto mais próximo de 1 estiver o índice, melhores condições de desenvolvimento apresenta o município/região (FECAM, 2014).

que se constituem numa forma intermediária de agregação entre indicadores e o IDMS. As subdimensões são obtidas a partir da aplicação de um método de normalização e agregação dos indicadores de cada uma das dimensões. O IDMS é o resultado da média aritmética das subdimensões de cada uma das quatro dimensões do desenvolvimento municipal (sociocultural, econômica, ambiental e político institucional) levadas em consideração neste sistema. Considera-se que cada dimensão contribui de forma igual para a sustentabilidade local (FECAM, 2014).

Cada dimensão define os aspectos da realidade de um município ou região, que podem traduzir mais adequadamente sua condição de sustentabilidade, levando também em consideração as limitações de disponibilidades, confiabilidade e atualidade dos dados. As dimensões, subdimensões e seus pesos estão definidos no Quadro 1. Quanto aos pesos das diversas dimensões, a regra foi atribuir o mesmo peso a todas elas, cada uma equivalendo a 25% do índice geral. Já as subdimensões possuem pesos diferenciados devido às limitações na qualidade dos indicadores, decorrentes de uma notável desigualdade na disponibilidade de dados nas diferentes áreas. Campos como finanças públicas, saúde e educação já possuem imensas bases de dados públicas que permitem a construção de indicadores capazes de traduzir com muita propriedade os aspectos da realidade. Já em áreas como cultura, habitação, participação social e gestão pública prevalecem fortes a escassez de informações (FECAM, 2014).

QUADRO 1 COMPOSIÇÃO DO IDMS

DIMENSÃO	SUBDIMENSÃO
Sociocultural 25%	Educação-45%
	Saúde-35%
	Cultura-10%
	Habitação-10%
Econômica 25%	Economia e Renda-100%
Ambiental 25%	Meio Ambiente-100%
Político institucional 25%	Participação Social-30%
	Gestão Pública-30%
	Finanças-40%

FONTE: SIDMS/FECAM (2014, P. 4)

Os dados em sua maior parte são extraídos de fontes secundárias confiá-

veis, e em outros, em fontes primárias com coleta realizada diretamente no órgão gestor municipal. Para fins deste estudo utilizaram-se as dimensões Sociocultural (educação, saúde e habitação), Econômica (economia) e Ambiental (meio ambiente), por estarem mais alinhadas com as três dimensões de sustentabilidade eleitas: econômica, social e ambiental.

3.2 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

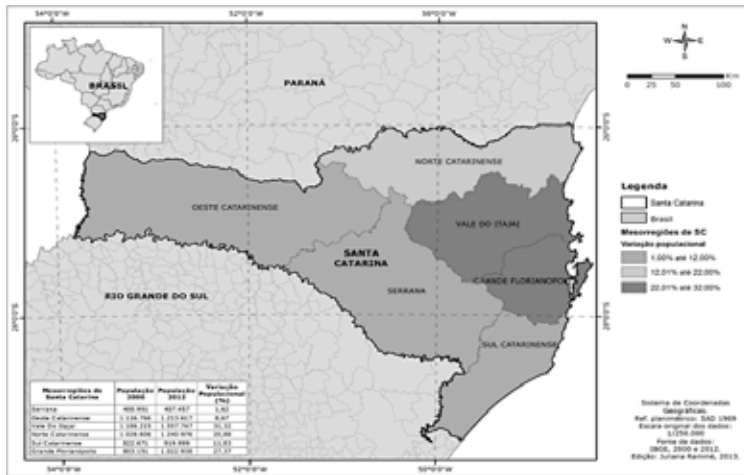
Esta investigação se classifica, quanto à natureza, como pesquisa aplicada, pois se volta para o estudo de realidade concreta e objetiva sugerir formas de equacionamento a um dado problema observado nesta realidade, neste caso, no campo do desenvolvimento sustentável. Essa classificação deve-se à possibilidade de aplicação do estudo no contexto da condução das políticas públicas em âmbito estadual e municipal no estado de Santa Catarina. Segundo Barros e Leheld (2000, p. 78), a pesquisa aplicada tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados, com o objetivo de “contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”. Appolinário (2004, p. 152) salienta que pesquisas aplicadas têm o objetivo “resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas”. Quanto à abordagem metodológica, esta pesquisa classifica-se como quantitativa, sendo decorrente do propósito que está na produção de um panorama do desenvolvimento das Mesorregiões catarinenses na atualidade por meio da interpretação de dados secundários de cunho quantitativo.

A pesquisa analisa as mesorregiões do estado de Santa Catarina, Sul do Brasil, e compara seus índices de sustentabilidade nas dimensões socio-cultural, econômica e social. As mesorregiões são subdivisões de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Foram criadas pelo IBGE e são utilizadas pra fins estatísticos e de planejamento público, não constituindo, portanto, entidades políticas ou administrativas. A análise de estudo compreende as seis mesorregiões catarinenses, que se encontram demonstradas no Mapa 1.

QUADRO 2 CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

DIMENSÃO	SUBDIMENSÃO	INDICADOR	VARIÁVEL
		Qualidade da Educação	IDEB da Rede Pública (1º ao 5º ano)
Sociocultural	Educação		IDEB da Rede Pública (6º ao 9º ano) Índice de Analfabetismo Conselho Municipal de Educação Abandono Escolar do 6º ao 9º ano Abandono Escolar no Ensino Médio Distorção idade-série na rede pública
		Cobertura da População em Idade Escolar	Atendimento Escolar de 6 a 14 anos (rede pública e privada)
	Saúde	Cobertura da atenção básica	População atendida por equipe de Saúde Bucal População coberta pela Estratégia de Saúde da Família
		Recursos na saúde	Médicos por 1000 habitantes Consultas Médicas (SUS) por habitante
		Morbidade	Incidência de hipertensão
		Fatores de Risco e Proteção	Aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses de vida Nascidos vivos com baixo peso no último triênio
	Mortalidade	Anos potenciais de vida perdidos (APVP) por óbito registrado Evolução de Mortalidade por Neoplasias malignas (câncer) no último triênio	
	Habitação	Estrutura de gestão para Políticas Habitacionais	Plano Municipal de habitação Conselho Municipal de habitação Fundo Municipal de habitação Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas de habitação
		Qualidade Habitacional	Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora Domicílios com banheiro de uso exclusivo Densidade excessiva de moradores por dormitórios nos domicílios
	Econômica	Economia	Nível de renda
Dinamismo Econômico			Evolução da área liberada para construção no último triênio Evolução dos empregos formais no último triênio
Agregação de Valor Econômico			Evolução Média do PIB no último triênio PIB per capita Evolução média do valor adicionado no último triênio Crescimento do ISS no último triênio
Ambiental	Meio Ambiente	Cobertura de Saneamento Básico	Domicílios atendidos direta ou indiretamente por coleta de lixo Domicílios com acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica
		Estrutura de Gestão Ambiental	Domicílios atendidos por rede pública de água Efetividade da estrutura de gestão ambiental Efetividade do Conselho Municipal de Meio Ambiente
		Preservação Ambiental	Depósito de lixo em locais licenciados Áreas de matas e florestas naturais preservadas nas propriedades agropecuárias

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NO SIDMS/FECAM (2014)

MAPA 1 MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA

FONTE: EDITADO POR JULIANA RAMMÉ (2013) COM BASE EM DADOS DO IBGE (2000, 2012)

Portanto, o estudo objetivou avaliar o índice de desenvolvimento sustentável das mesorregiões do estado de Santa Catarina, conforme categorização apresentada no quadro 2.

A escolha das mesorregiões catarinenses se deu pelo fato de o estado de Santa Catarina ser o único estado brasileiro que possui uma ferramenta de análise de sustentabilidade capaz de subdividir a unidade federativa em mesorregiões, permitindo uma análise mais detalhada das dimensões analisadas. Os índices de desenvolvimento sustentável avaliados são referentes ao ano de 2012 e 2014. A escolha temporal refere-se às duas publicações disponíveis no SIDMS, sendo que os dados foram obtidos mediante consulta ao sítio eletrônico da FECAM (2014) e também aos técnicos que administram o SIDMS.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo desta seção é analisar os resultados produzidos pelo Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS) de Santa Catarina, examinando as variáveis e os indicadores que o compõem, com vistas a construir um panorama da sustentabilidade nas mesorregiões catarinenses e, conseqüentemente, no Estado. Deste modo, esta fase do estudo se inicia pela elaboração de um relatório analítico mais particularizado de cada uma das dimensões objeto do estudo, e abordadas pelo SIDMS e

se finda com uma reflexão de cunho mais sistêmico, que busca verificar os níveis gerais de sustentabilidade em cada um dos indicadores sugeridos na categorização dos dados, destacando as mesorregiões mais e menos sustentáveis, conforme a perspectiva do SIDMS.

Buscou-se sintetizar as informações coletadas em quadros interpretativos das dimensões: sócio cultural, econômica, e ambiental. Nos Quadros 3, 4 e 5 pode-se observar os dados referentes à dimensão sociocultural e das subdimensões educação, saúde e habitação. No Quadro 6 tem-se a análise da dimensão econômica de cada mesorregião. Enquanto que no Quadro 7 estão as informações referentes à dimensão ambiental. No Quadro 8, é possível observar uma síntese geral das mesorregiões por dimensão e nos Quadros 9 e 10 têm-se uma análise do quadro síntese das categorias de análise do estudo, onde é possível observar os melhores e os piores indicadores de cada subdimensão e qual a mesorregião destaque positivo e negativo de cada respectivo indicador.

A elaboração e adaptação de cada quadro se deram por meio de dados coletados no SIDMS da FECAM. Efetuada a tabulação dos dados, foi realizada a análise dos mesmos evidenciando a diferenciação dos índices de sustentabilidade das mesorregiões, e o comportamento dos mesmos durante o período analisado de 2012 até 2014.

4.1. AS MESORREGIÕES CATARINENSES E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Esta primeira fase da análise, que discorre sobre as três dimensões objeto desta pesquisa (dimensão sociocultural, econômica e ambiental), contém o exame de cada uma destas dimensões, suas respectivas subdimensões, indicadores e variáveis separadamente. Acredita-se que analisar cada subdimensão, a partir do exame dos indicadores e variáveis que as compõe, permitirá avançar algumas hipóteses sobre os padrões, as potencialidades e os limites do desenvolvimento nas mesorregiões, além de apontar algumas tendências em relação ao estilo de desenvolvimento catarinense. Portanto, essa visão mais pormenorizada torna-se necessária para gerar subsídios para se atingir a uma visão mais sistêmica, apresentada no final da seção.

4.1.1 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL: EDUCAÇÃO, SAÚDE E HABITAÇÃO

A dimensão Sociocultural obteve de forma geral o melhor resultado entre as dimensões do IDMS, objeto deste estudo. Esse índice foi impulsionado, sobretudo, pelas subdimensões de educação e saúde, que apresentaram médias interessantes na maior parte de suas variáveis. Para facilitar a análise

se dos dados, se sintetizou as informações em quadros de cada dimensão, conforme Quadros 3, 4 e 5.

Com base em uma análise mais detalhada da subdimensão educação, que é composta pelos indicadores “qualidade da educação” e “cobertura da população em idade escolar”, observa-se de acordo com os dados do Quadro 3, que a região Oeste possuía no ano de 2012 o maior IDMS dessa subdimensão, e que no ano de 2014 o maior IDMS foi da região do Vale do Itajaí. Chama a atenção a grande semelhança nos índices de 2014, pois somente a região Serrana teve seu índice desta subdimensão abaixo de 0,700, enquanto que todas as demais mesorregiões se encontram com o índice na casa dos 0,700.

Um dado interessante observado ainda na análise dos dados do Quadro 3, é em relação ao indicador “qualidade da educação” mais especificamente na variável “IDEB da Rede Pública – Anos Finais (6º ao 9º ano)”, destaca-se que praticamente todas mesorregiões possuem índices abaixo de 0,600 nesse quesito.

Também é importante frisar que mesmo todas as mesorregiões possuindo índices satisfatórios nessa subdimensão, fica evidente que todas precisam melhorar seus desempenhos, principalmente nas variáveis “IDEB da rede pública anos iniciais e finais”, “índice de analfabetismo”, “percentual de abandono escolar”, “taxa de distorção idade-série na rede pública” e “taxa de atendimento escolar de 6 a 14 anos da rede pública”, pois a melhoria desses índices garantirá uma educação de qualidade e levará o estado de Santa Catarina a patamares mais equitativos de desenvolvimento inter-regional. A Educação é um quesito substantivo para o desenvolvimento de qualquer município, região ou país, pois ela é a base para transformações sistêmicas, conforme observado por diversos autores, como Sen (1993) e por operadores de políticas públicas. A constituição federal do Brasil (1988), em seu artigo 205, garante o atendimento escolar enfatizando que é um direito de todos e dever do Estado e da família e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento das pessoas.

QUADRO 3 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL SUBDIMENSÃO EDUCAÇÃO

Regiões	Serrana		Norte		Oeste		Sul		Vale Itajaí		Grande Florianópolis	
	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014
SUBDIMENSÃO EDUCAÇÃO	0,702	0,664	0,759	0,742	0,768	0,714	0,716	0,707	0,733	0,754	0,768	0,714
INDICADOR: Qualidade da Educação	0,649	0,656	0,778	0,795	0,740	0,761	0,750	0,763	0,769	0,789	0,740	0,761
IDEB da Rede Pública (1º ao 5º ano)	0,513	0,571	0,637	0,745	0,690	0,778	0,610	0,759	0,658	0,787	0,690	0,778
IDEB da Rede Pública (6º ao 9º ano)	0,460	0,484	0,573	0,579	0,576	0,594	0,541	0,556	0,566	0,586	0,576	0,594
Índice de Analfabetismo	0,557	0,557	0,844	0,844	0,682	0,682	0,803	0,803	0,844	0,844	0,682	0,682
Conselho Municipal de Educação	0,950	1,000	0,962	1,000	0,966	0,992	1,000	1,000	1,000	0,972	0,966	0,992
Abandono Escolar do 6º ao 9º ano	0,716	0,648	0,909	0,907	0,765	0,780	0,830	0,798	0,881	0,861	0,765	0,780
Abandono Escolar no Ensino Médio	0,768	0,756	0,735	0,716	0,822	0,806	0,732	0,715	0,658	0,728	0,822	0,806
Distorção idade-série na rede pública	0,576	0,576	0,786	0,777	0,675	0,695	0,730	0,709	0,776	0,745	0,675	0,695
INDICADOR: Cobertura da População em Idade Escolar Atendimento	0,756	0,671	0,740	0,690	0,797	0,668	0,681	0,652	0,697	0,720	0,797	0,668
Escolar de 6 a 14 anos (rede pública e privada)	0,756	0,671	0,740	0,690	0,797	0,668	0,681	0,652	0,697	0,720	0,797	0,668

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NO SIDMS/FECAM (2014)

Na análise dos dados da subdimensão saúde demonstrados no Quadro 4, observa-se que todas as mesorregiões possuíam índices acima de 0,700 no ano de 2012, e que todas diminuíram seus índices no ano de 2014. Essa queda se deve em parte pela redução dos índices do indicador “recursos na saúde” que é composto pelas variáveis “proporção de médicos por 1000 habitantes” e “número de consultas médicas (SUS) por habitante”, o que representa uma informação preocupante, pois possivelmente compromete o trabalho da saúde preventiva nos municípios.

Em contra partida as mesorregiões se destacam no indicador “cobertura da atenção básica” que é composto pelas variáveis “população atendida por equipe de saúde bucal” e “percentual populacional com cobertura da estra-

QUADRO 4

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL SUBDIMENSÃO SAÚDE

Regiões	Serrana		Norte		Oeste		Sul		Vale Itajaí		Grande Florianópolis	
	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014
SUBDIMENSÃO: SAÚDE	0,712	0,669	0,705	0,689	0,751	0,718	0,743	0,723	0,716	0,715	0,760	0,727
INDICADOR: Cobertura da atenção básica	0,888	0,899	0,589	0,620	0,892	0,899	0,829	0,874	0,744	0,787	0,865	0,888
População atendida por equipe de Saúde Bucal	0,864	0,868	0,416	0,453	0,839	0,845	0,723	0,790	0,613	0,669	0,790	0,817
População coberta pela Estratégia de Saúde da Família	0,911	0,929	0,761	0,786	0,944	0,954	0,935	0,959	0,874	0,905	0,940	0,959
INDICADOR: Recursos na saúde	0,529	0,406	0,723	0,600	0,654	0,533	0,713	0,551	0,647	0,544	0,712	0,570
Médicos por 1000 habitantes	0,475	0,387	0,718	0,712	0,573	0,571	0,646	0,582	0,591	0,606	0,709	0,670
Consultas Médicas (SUS) por habitante	0,583	0,424	0,728	0,489	0,733	0,496	0,779	0,521	0,703	0,482	0,716	0,470
INDICADOR: Morbidade	0,712	0,665	0,754	0,768	0,674	0,658	0,688	0,678	0,690	0,718	0,666	0,662
Incidência de hipertensão	0,712	0,665	0,754	0,768	0,674	0,658	0,688	0,678	0,690	0,718	0,666	0,662
INDICADOR: Fatores de Risco e Proteção	0,694	0,687	0,730	0,719	0,774	0,744	0,745	0,741	0,765	0,756	0,773	0,776
Aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses de vida	0,808	0,782	0,797	0,732	0,850	0,825	0,740	0,761	0,778	0,772	0,790	0,775
Nascidos vivos com baixo peso no último triênio	0,584	0,591	0,663	0,707	0,697	0,664	0,750	0,720	0,751	0,741	0,757	0,776
INDICADOR: Mortalidade	0,736	0,691	0,726	0,737	0,763	0,753	0,738	0,770	0,733	0,768	0,784	0,738
Anos potenciais de vida perdidos (APVP) por óbito registrado	0,653	0,652	0,631	0,641	0,726	0,713	0,680	0,712	0,648	0,706	0,685	0,692
Evolução da taxa de Mortalidade por Neoplasias malignas (câncer) no último triênio	0,820	0,730	0,822	0,832	0,800	0,793	0,796	0,829	0,818	0,831	0,884	0,783

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NO SIDMS/FECAM (2014)

tégia de saúde da família”, pois nesse indicador os índices são muito bons (entre 0,750 e 0,899), com exceção da região Norte que possui índice baixo (0,620). Observa-se nesse indicador que praticamente todas as mesorregiões melhoraram seus índices de 2012 em relação a 2014.

Outra informação considerável na dimensão saúde, são os índices favoráveis encontrados no indicador “mortalidade” que é composto pelas variáveis “taxa de anos potenciais de vida perdidos por óbito registrado” e “evolução da taxa de mortalidade por neoplasias malignas (câncer) no último triênio”, observa-se que todas as mesorregiões possuem índices acima de 0,700, isso representa que as políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população estão logrando êxito.

A saúde é um fator muito importante na vida das pessoas e interfere diretamente no desenvolvimento social. Segundo Sachs (2005) toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar. Para o autor o setor público deve concentrar investimento na saúde para financiar formas de promovê-la de forma indistinta.

Na análise dos índices da subdimensão habitação demonstrados no Quadro 5, observa-se que as mesorregiões Sul, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis possuem índices acima de 0,700. Fica evidente que as mesorregiões do Estado estão preocupadas com suas estruturas e ferramentas de planejamento nessa área. Isso pode ser observado na análise do indicador “estrutura de gestão para políticas habitacionais” que é composto pelas variáveis “existência de plano municipal de habitação”, “existência de conselho municipal de habitação em atividade”, “existência de fundo municipal de habitação” e “existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas de habitação”. Observa-se nessas variáveis que todas as mesorregiões tiveram um crescimento considerável em seus índices de 2012 em relação ao ano de 2014. É possível que estes indicadores tenham sido influências por exigência de outros entes federados, condicionando a sua adoção à transferência de recursos.

Em contrapartida o Indicador “qualidade habitacional” que é composto pelas variáveis “percentual de domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora”, “percentual de domicílios com banheiro de uso exclusivo” e “densidade excessiva de moradores por dormitórios nos domicílios”, possui índices muito baixos, o que demonstra que muitos municípios catarinenses ainda possuem uma grande parte da população vivendo em moradias sem as condições adequadas.

QUADRO 5 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL SUBDIMENSÃO HABITAÇÃO

Regiões	Serrana		Norte		Oeste		Sul		Vale Itajai		Grande Florianópolis	
	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014
SUBDIMENSÃO: HABITAÇÃO	0,485	0,538	0,600	0,593	0,598	0,694	0,741	0,792	0,673	0,751	0,675	0,767
INDICADOR: Estrutura de gestão para Políticas Habitacionais	0,583	0,688	0,740	0,726	0,668	0,861	0,767	0,869	0,685	0,840	0,637	0,821
Plano Municipal de habitação	0,400	0,583	0,538	0,596	0,377	0,780	0,523	0,807	0,463	0,778	0,476	0,762
Conselho Municipal de habitação	0,467	0,700	0,615	0,577	0,593	0,869	0,727	0,852	0,648	0,880	0,452	0,762
Fundo Municipal de habitação	0,567	0,567	0,846	0,731	0,780	0,873	0,841	0,841	0,759	0,796	0,619	0,762
Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas de habitação	0,900	0,900	0,962	1,000	0,924	0,924	0,977	0,977	0,870	0,907	1,000	1,000
INDICADOR: Qualidade Habitacional	0,388	0,388	0,460	0,460	0,527	0,527	0,715	0,715	0,661	0,661	0,713	0,713
Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora	0,429	0,429	0,582	0,582	0,506	0,506	0,741	0,741	0,612	0,612	0,728	0,728
Domicílios com banheiro de uso exclusivo	0,257	0,257	0,490	0,490	0,539	0,539	0,854	0,854	0,862	0,862	0,847	0,847
Densidade excessiva de moradores por dormitórios nos domicílios	0,477	0,477	0,307	0,307	0,537	0,537	0,551	0,551	0,509	0,509	0,563	0,563

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NO SIDMS/FECAM (2014)

Todo cidadão tem o direito de ter uma moradia digna, as políticas habitacionais existentes tem a finalidade de universalização do acesso à moradia de qualidade. O desenvolvimento municipal sustentável implica também que a sociedade planeje seu crescimento habitacional, isso tende a evitar os problemas relacionados à construção de moradias em áreas de riscos e a criação dos aglomerados habitacionais ou favelas sem estruturas dignas de moradia, inclusive gerando problemas ambientais, com reflexos na qualidade de vida da população.

4.1.2 DIMENSÃO ECONÔMICA

De acordo com os índices do Quadro 6, na dimensão econômica das mesorregiões, fica evidente que somente as mesorregiões Serrana e Oeste tiveram crescimento em seus índices de 2012 em relação a 2014, enquanto que todas as demais mesorregiões tiveram uma pequena queda nesse período. Mesmo assim as regiões Sul, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis continuam com os melhores índices nesse quesito dentre as mesorregiões. Isso é influenciado basicamente pelo indicador “nível de renda” que é composto pelas variáveis “remuneração média dos trabalhadores formais” e “percentual de domicílios em situação de pobreza”, nos quais essas mesorregiões possuem índices superiores às demais. Ressalta-se ainda nos índices desse indicador que todas as regiões possuem índices abaixo de 0,700, demonstrando que todas precisam melhorar seus índices para atingirem valores satisfatórios. Destacam-se os índices da variável “percentual de domicílios em situação de pobreza” da mesorregião Serrana, que além de não ter crescido de 2012 a 2014, possuem valores muito baixos.

Nota-se ainda na observação do Quadro 6, no indicador “dinamismo econômico”, nas variáveis “evolução de empregos formais no último triênio” e “evolução média do PIB no último triênio”, uma queda em praticamente todas as mesorregiões. Esse dado é muito importante, pois demonstra que todas as mesorregiões necessitam melhorar seus índices para que consigam gerar um desenvolvimento econômico mais equânime. Alguns estudos produzidos por outros autores relatam um pouco essa “crise” das mesorregiões.

Para Veras (2012) a mesorregião Norte do Estado, que tem sua economia baseada na indústria moveleira, sobretudo, para exportação, vem sofrendo, desde 2005, com a valorização do real frente ao dólar. A influência cambial trouxe enormes prejuízos à cadeia moveleira resultando em drástica redução das horas trabalhadas e demissões em massa. Segundo Mattei (2012) a mesorregião Serrana, caracterizada pela média e grande propriedade pecuária e extrativista, sofre as tendências da concentração da produção e da renda. Como consequência se configurou com uma região de baixa diversidade de atividades comerciais. Sendo que, a região viveu, ainda, a crise do ciclo pecuário e da madeira e seus derivados nas décadas de 1970 e 1980, retomando este último, mais recentemente, por meio da indústria de papel e celulose.

De acordo com Andion (2007) as mesorregiões Sul e Grande Florianópolis, mais especificamente os pequenos municípios de base rural, vivem as consequências deixadas pela crise do cultivo verticalizado do fumo, ao qual

QUADRO 6 DIMENSÃO ECONÔMICA

Regiões	Serrana		Norte		Oeste		Sul		Vale Itajaí		Grande Florianópolis	
	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014
DIMENSÃO: ECONÔMICA	0,566	0,608	0,678	0,654	0,641	0,655	0,690	0,673	0,721	0,692	0,700	0,690
INDICADOR: Nível de renda	0,402	0,409	0,557	0,569	0,554	0,561	0,627	0,637	0,638	0,650	0,619	0,626
Remuneração média dos trabalhadores formais	0,477	0,490	0,559	0,584	0,499	0,514	0,505	0,526	0,517	0,542	0,518	0,533
Domicílios em situação de pobreza	0,328	0,328	0,554	0,554	0,608	0,608	0,748	0,748	0,759	0,759	0,720	0,720
INDICADOR: Dinamismo	0,616	0,606	0,677	0,661	0,663	0,637	0,727	0,644	0,702	0,643	0,633	0,679
Econômico Evolução da área liberada para construção no último triênio	0,491	0,584	0,583	0,511	0,523	0,554	0,748	0,535	0,601	0,461	0,383	0,673
Evolução dos empregos formais no último triênio	0,661	0,610	0,708	0,688	0,684	0,667	0,688	0,714	0,736	0,685	0,767	0,672
Evolução Média do PIB no último triênio	0,667	0,570	0,632	0,656	0,672	0,552	0,714	0,589	0,661	0,639	0,695	0,664
PIB per capita	0,645	0,658	0,785	0,792	0,773	0,775	0,758	0,739	0,809	0,786	0,685	0,709
INDICADOR: Agregação de Valor Econômico	0,679	0,809	0,800	0,731	0,706	0,766	0,716	0,737	0,823	0,784	0,849	0,764
Evolução média do valor adicionado no último triênio	0,650	0,791	0,778	0,672	0,639	0,736	0,685	0,698	0,833	0,699	0,850	0,743
Crescimento do ISS no último triênio	0,709	0,828	0,822	0,789	0,774	0,796	0,746	0,776	0,812	0,869	0,847	0,785

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NO SIDMS/FECAM (2014)

grande parte das famílias foram integradas durante o processo de modernização agrícola ao final da década de 1960, e o isolamento relativo dos municípios que estão fora de qualquer eixo viário importante, além de contar com estradas precárias e com deficitária estrutura de comunicação. A mesorregião Oeste vive com a falta de perspectiva da atividade agroindustrial, como produção de suínos consorciada com a produção de milho. A redução do número de produtores e a concentração de empresas com o fechamento das pequenas unidades industriais, sem capital para acompanhar o pro-

QUADRO 7 DIMENSÃO AMBIENTAL

Regiões	Serrana		Norte		Oeste		Sul		Vale Itajaí		Grande Florianópolis	
	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014
DIMENSÃO: AMBIENTAL	0,589	0,604	0,699	0,730	0,545	0,562	0,632	0,652	0,723	0,744	0,696	0,687
INDICADOR: Cobertura de Saneamento Básico	0,625	0,625	0,720	0,720	0,570	0,570	0,741	0,741	0,747	0,747	0,723	0,723
Domicílios atendidos direta ou indiretamente por coleta de lixo	0,723	0,723	0,840	0,840	0,679	0,679	0,879	0,879	0,883	0,883	0,897	0,897
Domicílios com acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica	0,537	0,537	0,669	0,669	0,401	0,401	0,736	0,736	0,750	0,750	0,681	0,681
Domicílios atendidos por rede pública de água	0,613	0,613	0,653	0,653	0,628	0,628	0,610	0,610	0,607	0,607	0,591	0,591
INDICADOR: Estrutura de Gestão Ambiental	0,285	0,281	0,472	0,510	0,275	0,284	0,373	0,421	0,506	0,550	0,392	0,363
Efetividade da estrutura de gestão ambiental	0,235	0,213	0,360	0,413	0,222	0,230	0,351	0,349	0,453	0,463	0,374	0,383
Efetividade do Conselho Municipal de Meio Ambiente	0,335	0,348	0,585	0,606	0,328	0,338	0,394	0,493	0,560	0,636	0,410	0,343
INDICADOR: Preservação Ambiental	0,857	0,907	0,903	0,961	0,791	0,834	0,783	0,795	0,916	0,935	0,974	0,974
Depósito de lixo em locais licenciados	0,900	1,000	0,885	1,000	0,915	1,000	0,977	1,000	0,963	1,000	1,000	1,000
Áreas de matas e florestas naturais preservadas nas propriedades agropecuárias	0,813	0,813	0,922	0,922	0,667	0,667	0,580	0,580	0,867	0,867	0,946	0,946

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NO SIDMS/FECAM (2014)

cesso de modernização, contribuíram para o aumento de desempregados e para o êxodo rural. As condições estruturais precárias de ligação do Extremo Oeste com o restante do Estado também são vistas como entraves do seu desenvolvimento econômico (Bavaresco, 2003).

Embora com todas essas considerações, observa-se que no Indicador “agregação de valor econômico” todas as mesorregiões possuem índices satisfatórios, isso demonstra que o Estado vem crescendo e se desenvolvendo,

mas o maior destaque se encontra nas mesorregiões do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis.

4.1.3 DIMENSÃO AMBIENTAL

Na observação da dimensão ambiental das mesorregiões catarinense conforme dados do Quadro 7, observa-se que embora praticamente todas as mesorregiões tiveram crescimento em seus índices, ainda estão muito abaixo do desejável. Os dados mostram que todas as mesorregiões necessitam investimentos principalmente em redes de esgoto e rede pública de água, pois existe um déficit histórico nestes quesitos. Isso fica claro na análise do indicador “cobertura de saneamento básico” onde a única variável que possui índices satisfatórios é “percentual de domicílios atendidos direta ou indiretamente por coleta de lixo”, enquanto as variáveis “percentual de domicílios com acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica” e “percentual de domicílios atendidos por rede pública de água” possuem índices muito baixos em relação à importância que tem para o meio ambiente e para a qualidade de vida da população. É possível que esta defasagem ocorra devido à falta de políticas e programas governamentais mais eficientes, pois requerem um grau de atenção muito distinto daquele que obtiveram até aqui.

O indicador “estrutura de gestão ambiental” possui índices muito baixos, enquanto o indicador “preservação ambiental” possui índice muito bom, principalmente na variável “depósito de lixo em locais licenciados” onde todas as mesorregiões atingiram o índice máximo no ano de 2014. Destaca-se que a dimensão ambiental tem uma importância na perspectiva do desenvolvimento sustentável, pois ela é à base desse desenvolvimento. E os municípios, o estado e o governo federal têm um papel relevante neste contexto, pois são eles que têm o poder regulador e fiscalizador capaz de promover o desenvolvimento econômico e social sem comprometer o ambiental.

Essa situação ambiental não é surpreendente e coincide com outros estudos que já sinalizavam para as lacunas e contradições do sistema de gestão ambiental no Brasil (Vieira, 2009). Segundo esse autor, além da falta de articulação entre os níveis de governo e entre as instituições no âmbito local, em muitos casos, ainda não está claro o papel e a responsabilidade dos municípios quanto à solução dos problemas ambientais.

4.1.4 ANÁLISE GERAL DO IDMS E MESORREGIÕES

Na análise dos dados gerais das dimensões e da média geral do IDMS das mesorregiões, demonstrados no Quadro 8, observa-se que todas as mesorregiões aumentaram suas média geral de 2012 em relação a 2014, isso demonstra, se considerados estes indicadores, que o estado de Santa Catarina vem melhorando seu nível de desenvolvimento sustentável. Um município sustentável deve oferecer condições para que todos os cidadãos tenham acesso às condições de vida adequadas ao desenvolvimento das capacidades humanas. Na análise desse quadro, observa-se que a região do Vale do Itajaí possui atualmente a maior média do IDMS (0,705) dentre as mesorregiões do estado de Santa Catarina. Enquanto que a região Serrana possui a menor média dentre as mesorregiões. Observa-se ainda que a região do Vale do Itajaí possui também os melhores índices das dimensões sociocultural (0,720), econômica (0,692) e ambiental (0,744). Logo em seguida aparece também como destaque a mesorregião da Grande Florianópolis com um índice médio atual de 0,679.

QUADRO 8 DADOS SINTETIZADOS DAS MESORREGIÕES

Regiões	Serrana		Norte		Oeste		Sul		Vale Itajaí		Grande Florianópolis	
	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014
Média do IDMS Geral das Mesorregiões	0,596	0,612	0,673	0,675	0,634	0,644	0,656	0,665	0,694	0,705	0,669	0,679
Dimensão Sociocultural	0,645	0,620	0,700	0,690	0,709	0,686	0,700	0,701	0,694	0,720	0,689	0,714
Dimensão Econômica	0,566	0,608	0,678	0,654	0,641	0,655	0,690	0,673	0,721	0,692	0,700	0,690
Dimensão Ambiental	0,589	0,604	0,699	0,730	0,545	0,562	0,632	0,652	0,723	0,744	0,696	0,687

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NO SIDMS/FECAM (2014)

A análise geral atual (neste caso foram considerados apenas os dados do ano de 2014) de todas as mesorregiões por indicadores, conforme informações no Quadro 9, observa-se que dos quinze indicadores analisados, a mesorregião destaque é da Grande Florianópolis, que possui melhores índices em quatro indicadores (cobertura da população em idade escolar, fatores de risco e proteção, dinamismos econômico e preservação ambiental). A mesorregião Norte possui melhores índices em três indicadores (qualidade da educação, recursos na saúde e morbidade). Também com três

indicadores destaque, aparecem a Região Sul (mortalidade, estrutura de gestão para políticas habitacionais e qualidade habitacional) e o Vale do

QUADRO 9 QUADRO SÍNTESE POR INDICADOR MELHOR IDMS

DIMENSÃO	SUBDIMENSÃO	INDICADOR	MELHOR ÍNDICE	MESORREGIÃO
Sociocultural	Educação	Qualidade da Educação	0,795	Região Norte
		Cobertura da População em Idade Escolar	0,740	Grande Florianópolis
	Saúde	Cobertura da atenção básica	0,899	Região Serrana
		Recursos na saúde	0,600	Região Norte
		Morbidade	0,768	Região Norte
		Fatores de Risco e Proteção	0,776	Grande Florianópolis
		Mortalidade	0,770	Região Sul
	Habitação	Estrutura de gestão para Políticas Habitacionais	0,869	Região Sul
		Qualidade Habitacional	0,715	Região Sul
	Econômica	Economia	Nível de renda	0,650
Dinamismo Econômico			0,679	Grande Florianópolis
Agregação de Valor Econômico			0,809	Região Serrana
Ambiental	Meio Ambiente	Cobertura de Saneamento Básico	0,747	Vale do Itajaí
		Estrutura de Gestão Ambiental	0,550	Vale do Itajaí
		Preservação Ambiental	0,974	Grande Florianópolis

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NO SIDMS/FECAM (2014)

Itajaí (nível de renda, cobertura de saneamento básico e estrutura de gestão ambiental), enquanto que a região Serrana se destaca em dois indicadores (cobertura de atenção básica e agregação de valor econômico) e a região Oeste não se destacou em nenhum indicador.

Isso reforça a afirmação de que as regiões mais desenvolvidas do estado de Santa Catarina, casos do Vale do Itajaí e Grande Florianópolis, continuam sendo destaque em nível estadual também quando se analisam os indicadores individualmente, principalmente das dimensões econômicas e ambientais. Isso demonstra que em termos gerais as políticas sociais básicas estão sendo promovidas de maneira muito satisfatória nessas mesorregiões. Com isso verifica-se que as regiões mais sustentáveis de Santa Catarina tendem a ter infraestrutura e boa gestão ambiental, além de preservarem, em maior medida seus recursos naturais.

Na análise dos piores IDMS dos indicadores atuais (ano de 2014) demonstrados no Quadro 10, observa-se que a região Serrana possui nove indicadores com piores IDMS dentre as mesorregiões. Enquanto que a região Sul, Norte e Oeste possuem respectivamente dois indicadores com piores índices. Já as mesorregiões do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis não possuem nenhum indicador classificados com piores índices dentre as mesorregiões. A mesorregião Serrana se apresenta como a região de maior destaque negativo, pois, possui índices baixos em indicadores considerados muito importantes no processo de desenvolvimento sustentável, tais como “qualidade da educação”, “recursos na saúde”, “fatores de risco e proteção”, “mortalidade”, “estrutura de gestão para políticas habitacionais”, “qualidade habitacional”, “nível de renda”, “dinamismo econômico” e “estrutura de gestão ambiental”.

A mesorregião Oeste é outra região que necessita de uma expressiva evolução em seus índices, pois, além de não se destacar positivamente em nenhum indicador dentre as demais mesorregiões, ela ainda se destaca negativamente em dois indicadores (“morbidade” e “cobertura de saneamento básico”). Esses territórios precisam de intervenção, pois dificilmente se qualificarão de forma individual, necessitando de aporte público em nível estadual e federal, e requerem espaço especial em um plano de desenvolvimento adequado às suas realidades.

Observa-se de modo geral, que todas essas regiões, marcadas por baixos índices de desenvolvimento sustentável, são territórios caracterizados, na maior parte das vezes, por uma tripla exclusão, que é tanto econômica, quanto social e ambiental. Embora cada uma delas possua particularidades

QUADRO 10 QUADRO SÍNTESE POR INDICADOR / PIOR IDMS

DIMENSÃO	SUBDIMENSÃO	INDICADOR	MELHOR ÍNDICE	MESORREGIÃO
Sociocultural	Educação	Qualidade da Educação	0,656	Região Serrana
		Cobertura da População em Idade Escolar	0,652	Região Sul
	Saúde	Cobertura da atenção básica	0,620	Região Norte
		Recursos na saúde	0,406	Região Serrana
		Morbidade	0,658	Região Oeste
		Fatores de Risco e Proteção	0,687	Região Serrana
	Habitação	Mortalidade	0,691	Região Serrana
		Estrutura de gestão para Políticas Habitacionais	0,688	Região Serrana
Qualidade Habitacional	Qualidade Habitacional	0,388	Região Serrana	
	Econômica	Economia	Nível de renda	0,409
Dinamismo Econômico			0,606	Região Serrana
Agregação de Valor Econômico			0,731	Região Norte
Ambiental	Meio Ambiente	Cobertura de Saneamento Básico	0,570	Região Oeste
		Estrutura de Gestão Ambiental	0,281	Região Serrana
		Preservação Ambiental	0,795	Região Sul

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NO SIDMS/FECAM (2014)

quanto aos indicadores que mais contribuem para seu declínio, de maneira geral, pode-se dizer que elas apresentam índices insatisfatórios na maior parte das dimensões e variáveis. Isso pode revelar que as fazes do desenvolvimento sustentável são profundamente influentes umas sobre as outras.

Observa-se que os melhores índices ficaram com as tradicionais regiões mais estruturadas em termos de desenvolvimento e qualidade de vida: o Vale do Itajaí, a Grande Florianópolis e o Norte Catarinense. As demais regiões do Estado, embora demonstrem certo crescimento em seus índices, ainda necessitam de melhores investimentos, formulação e implementação de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida de sua população.

Para concluir, a análise dos dados a partir de uma lógica territorial, percebe-se que existe uma forte tendência das populações dos municípios menos sustentáveis a migrar para as cidades polos mais próximas, como vêm ocorrendo, nos últimos anos, em Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Chapecó, Itajaí, Criciúma e Jaraguá do Sul, desta forma contribuindo para o aumento das assimetrias e desigualdades inter-regionais no estado de Santa Catarina.

Embora variáveis a este respeito não estejam inseridas no sistema, seria interessante, em estudos futuros, verificar o impacto desse fenômeno na qualidade de vida desses municípios, aportando com índices relativos à criminalidade, a mobilidade urbana e a especulação imobiliária. Essa tendência de concentração do desenvolvimento em algumas cidades polos e seus entornos imediatos configura o padrão de desenvolvimento brasileiro, fortemente desigual e assimétrico, ao qual Santa Catarina historicamente teve certa diferenciação. Entretanto, ao que transparece nos dados apontados, essa tendência vem se fortalecendo no Estado, embora em algumas regiões, como a do Vale do Itajaí, o desenvolvimento seja menos concentrado.

Em síntese, observou-se que houve uma melhora na média geral dos índices de todas as mesorregiões, entretanto, os desempenhos mais evidentes foram expressos justamente em regiões que, na atualidade, apresentam melhores condições de desenvolvimento. Desta forma, com base na análise dos indicadores, constata-se um aumento nas assimetrias regionais no estado de Santa Catarina, sul do Brasil.

5. CONCLUSÃO

O propósito deste estudo aplicado foi analisar o IDMS das seis mesorregiões catarinenses (Serrana, Norte, Oeste, Sul, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis) nos anos de 2012 e 2014, por meio da utilização do SIDMS. Sendo assim, a pesquisa analisa as mesorregiões do estado de Santa Catarina – Brasil e compara seus índices de sustentabilidade nas dimensões sociocultural, econômica e ambiental. Buscou-se com o estudo comparar às mesorregiões, visando gerar conhecimentos, oportunidades de melhorias dos índices, contribuir para a gestão de políticas públicas e consequentemente para a sustentabilidade dessas regiões.

Observou-se que a dimensão sociocultural obteve de forma geral o melhor resultado entre as dimensões do IDMS, isso foi impulsionado, sobretudo, pelas subdimensões de educação e saúde, que apresentaram índices interessantes em todas as mesorregiões. Já na dimensão econômica as mesorregiões Sul, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis possuem os melhores índices. Enquanto na dimensão ambiental as mesorregiões em destaque são a Norte e o Vale do Itajaí.

Em síntese, observou-se que os melhores índices ficaram com as tradicionais regiões mais estruturadas em termos de desenvolvimento e qualidade de vida: o Vale do Itajaí, a Grande Florianópolis e o Norte Catarinense. As demais regiões do Estado embora demonstrem certo crescimento em seus índices, ainda necessitam de melhores investimentos em políticas públicas para melhorar seus índices e consequentemente a qualidade de vida de sua população, principalmente as regiões Serrana e Oeste. Desta forma, com base na análise dos indicadores, constata-se um aumento nas assimetrias regionais no estado de Santa Catarina.

Por fim recomenda-se como estudos futuros, verificar as tendências das migrações de pessoas de municípios menos sustentáveis para as cidades polos das mesorregiões e o impacto que essa migração pode trazer para a população, principalmente na análise dos índices relativos à criminalidade, a mobilidade urbana e a especulação imobiliária.

Também sugere-se como estudos futuros, uma análise da dimensão político-institucional, que também faz parte do SIDMS, para verificar os índices de sustentabilidade dessa dimensão em cada mesorregião, com o propósito de avaliar principalmente a qualidade da atuação dos gestores públicos e lideranças dos municípios, que são os tomadores de decisões, que poderão influenciar nos índices de desenvolvimento sustentável das demais dimensões objeto desse estudo, pois a qualidade da atuação destes gestores e lideranças tem influência direta sobre a sua capacidade de construir cenários sociais, culturais, econômicos e ambientais desejáveis em termos de desenvolvimento.

6. REFERÊNCIAS

Amaral Filho, J. do. (2001). "A endoginização no desenvolvimento econômico regional no local". *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. IPEA, n. 23, p. 261-286.

Andion, C. (2007). *Atuação das ONGs nas Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos do APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Appolinário, F. (2004). *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. Atlas, São Paulo.

Barquero, A. V. (2001). *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Fundação de Economia e Estatística*, Porto Alegre.

Barros, A. J. S.; Lehfeld, N. A. S. (2000). *Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica*. Makron Books, São Paulo.

Bavaresco, R. P. (2003). *Os Ciclos Econômicos do Extremo Oeste Catarinense: Modernização, Progresso e Empobrecimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil.

Bellen, H. M. (2004). *Aplicação de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável como Sistema de Apoio à Decisão: Uma Reflexão sobre suas Possibilidades e Limitações. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Curitiba, PR, Brasil, 28.

Benko, G. (1999). *A ciência regional*. Celta, Oeiras.

Boisier, S. (2003). "¿Y Si el desarrollo fuese una emergencia sistémica?" *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, nro. 27.

Buarque, S. C. (1999). *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*. INCRA/IICA, Brasília.

Bustelo, E.S. (1982). *Planejamento e Política Social*. Brasiliense/UNICEF, São Paulo.

Callado, A. L. C. Fensterseifer, J. E. (2009). *Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações*. Atlas, São Paulo.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Senado, Brasília.

Federação Catarinense de Municípios. (2014). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável*. Recuperado em 17 maio, 2014, de: <http://indicadores.fecam.org.br/>.

Feger, J. E. (2010). *Regionalização do Turismo na Área de Influência dos Municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC)*. Tese de Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

Filippim, E. S. (2005). *Administração Pública e Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a região da associação dos municípios do meio oeste catarinense*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Filippim, E. S. et al. (2014). Cooperação Transfronteiriça para o Desenvolvimento Regional. *Desenvolvimento em Questão*, 12(26), 5-40.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Dados Demográficos*. Recuperado em 20 junho, 2014, de: <http://www.ibge.gov.br/home/>.

Jannuzzi, P. M. (2002). Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, 36(1), pp. 51-72.

Jannuzzi, P.M., Pasquali, F.A. (1999). Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, 33(2), pp. 75-94.

Labidi, S. (2011). *Desenvolvimento Regional Sustentável*. Recuperado em 17 maio, 2014, de: <http://jornalpequeno.com.br/edicao/2011/05/01/desenvolvimento-regional-sustentavel/>.

Limonad, E. (2004). *Brasil século XXI: por uma nova regionalização?* Max Limonad, São Paulo.

Mattei, L.F. (2012). “Economia Catarinense: crescimento com desigualdades regionais”. *Anais do Encontro Estadual de Economia Catarinense*, Florianópolis, SC, Brasil.

Ministério da Integração Nacional. (2003). *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. SDR/IICA, Brasília.

Moraes, J. L. A. de. (2003). Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. *Revista Ciências Administrativas*, 9(2), pp. 196-204.

Paiva, J. A. (2010). Inovação na Política Pública de Geração de Trabalho e Renda: contribuições da metodologia do desenvolvimento regional sustentável (DRS). *Interface*, 7(1), pp. 42-56.

Pinto, C. (1998). Empowerment: uma prática de serviço social, in BARATA, O. *Política Social*. ISCSP, Lisboa.

Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Sachs, J. D. (2005). *O Fim da Pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos*. Companhia das Letras, São Paulo.

Santos, M. A. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record, Rio de Janeiro.

Secretaria de Desenvolvimento Regional. (2012). *I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional: Documento de Referência*. Brasília.

Sen, A. (1993). "O Desenvolvimento como expansão das Capacidades". *Lua Nova*, nros. 28-29, s/n.

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras, São Paulo.

Veras, D. (2012). *Madeira e Sangue*. Instituto Observatório Social, São Paulo.

Vieira, P.F. (2009). Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento sustentável. *Política & Sociedade*, 1, 25-73.

Xavier, T. R. et al. (2014). Desenvolvimento Regional Endógeno: contexto histórico para o surgimento de uma estrutura de governança regional no estado rio grande do sul. *Revista Desenvolvimento em Questão*, 12(27), 185-215.